

# Curso RedeFor de Especialização em Sociologia para Professores de Sociologia

Módulo I



## Sociologia, produto da sociedade

Didier Lapeyronnie, Fabiola Zioni e Paulo Roberto do Nascimento

# Equipe Multidisciplinar

**Coordenação Geral:** Gil da Costa Marques

**Coordenação de Produção:** Leila Humes

**Coordenação do Curso:** Amaury Cesar Moraes

**Gerente de Produção:** Beatriz Borges Casaro

**Autoria:** Didier Lapeyronnie, Fabiola Zioni, Paulo Roberto do Nascimento

**Design Gráfico:** Daniella Pecora, Juliana Giordano e Priscila Pesce Lopes de Oliveira

**Ilustração:** Alexandre Rocha, Aline Antunes, Benson Chin, Camila Guedes Torrano, Celso Roberto Lourenço, João Costa, Lidia Yoshino, Mauricio Rheinlander Klein, Thiago Augusto M. dos Santos

**Design Instrucional:** Carolina Costa Cavalcanti e Roberta Takahashi Soledade

**Revisão de Texto:** Marina Keiko Tokumaru

# Iconografia



Atenção



Conceito



Exemplo



Saiba Mais



Ambiente Virtual de Aprendizagem

# Sociologia, produto da sociedade

## 1 Sociologia e sociedade



### Tópico 1: Introdução

A realidade social nasce do fato de haver um indivíduo inserido em um contexto social e aí atuar. Onde houve indivíduos humanos, houve realidade social e uma certa consciência sobre esta, sobre seu funcionamento. A realidade sociológica, entretanto, vai além disso; trata-se de uma elaboração reflexiva do pensamento que, embora se alimente de pensamentos provenientes do senso comum, vai além deles porque se pergunta sobre o significado da realidade imediata, por comparação a realidades sociais outras, distantes e distintas; porque faz uso de ferramentas prospectivas e comparativas para, em seguida, expor os achados ao escrutínio tão rigoroso de outros observadores quanto rigoroso deve ter sido o uso das mencionadas ferramentas; porque não se conforma com a visão exclusiva de um indivíduo ao buscar entender um acontecimento, mas busca relacionar essa visão com as perspectivas de tantos outros indivíduos; porque, para explicar a sociedade, procura evidências que contrariem a compreensão estabelecida, sem acomodar-se com explicações consensualmente dadas; enfim, como diz Zigmunt Bauman, não se acomoda ao que é familiar:

Em face do mundo considerado familiar, governado por rotinas capazes de reconfirmar crenças, a sociologia pode surgir como alguém estranho, irritante e intrometido. Por colocar em questão aquilo que é considerado inquestionável, tido como dado, ela tem o potencial de abalar as confortáveis certezas da vida, fazendo perguntas que ninguém quer se lembrar de fazer e cuja simples menção provoca ressentimentos naqueles que detêm interesses estabelecidos. (BAUMAN, 2010, p. 24)

As relações sociais compõem a complexidade de uma sociedade. O resultado histórico das relações sociais se concretiza em instituições, em valores, em normas, em papéis, em *status*. No entanto, as relações sociais são orientadas pela existência de instituições, valores, normas, papéis, *status*; isso faz delas eventos históricos – datados e localizados geograficamente. Assim, viver em sociedade é um processo contínuo de transformação social e individual.

Relações sociais ocorrem entre indivíduos que agem uns em relação aos outros, conforme um sentido que atribuem à sua ação e uma expectativa quanto ao sentido atribuído pelo outro. George Simmel considerava que a interação social entre dois ou mais indivíduos ocorria «quando não podemos explicar o comportamento de um senão como reação ao comportamento de um outro» (GIDDENS, 1971, p. 152).



## Tópico 2: Sociologia: ação social e estrutura social

Para a sociologia, os indivíduos, ao interagirem, determinam a estrutura de uma sociedade e essa estrutura, igualmente, age sobre eles, qualificando sua ação. Em um texto do início dos anos 1990, sobre a teoria da ação em Jürgen Habermas, Gabriel Cohn afirmava que há basicamente dois tipos de teoria social. Uma concentra-se nas ações que os homens desempenham nas suas formas de convivência. Outras preocupam-se mais com os resultados de ações passadas, com o modo como elas se cristalizam em instituições (COHN, 1993, p. 63).



De um lado, estariam as teorias que enfatizam o modo como as ações constituem a sociedade, entendida como rede de relações; de outro, as que focam “o modo como a sociedade, já constituída como sistema, impõe suas exigências às ações dos seus integrantes.” Max Weber (1864-1920) e Émile Durkheim (1858-1917) seriam os clássicos representantes dessas abordagens, respectivamente. A Karl Marx (1818-1883) conferiu-se a proeza de ter sido, entre os clássicos, o que mais se aproximou de unificar ambas as perspectivas numa “teoria com suficiente abrangência”, abordando a “produção da sociedade”, já que “não é possível concentrar-se só nas ações ou só nos sistemas”.

Onde quer que tenha existido vida social, certamente existiu ali uma reflexão sobre o significado e o funcionamento da sociedade. Entretanto, a Sociologia só se colocou como pensamento científico no momento em que as condições de existência social tornaram-se suficientemente complexas e exigiram uma sistematização do conhecimento que procurasse resolver o caos em que o mundo parecia mergulhar. Foram as transformações trazidas pela Revolução Industrial e pelas revoluções políticas e sociais ocorridas na Europa e América do Norte nos séculos XVIII e XIX que tornaram necessárias e possíveis as intervenções sobre a realidade social com a finalidade de corrigi-la, recuperá-la ou avançá-la. Nas palavras de Florestan Fernandes (1920-1995):

as ambições intelectuais de autores como Saint-Simon, Comte, Proudhon e Le Play, ou de Howard, Malthus e Owen, ou de Von Stein, Marx e Riehl iam além do conhecimento positivo da realidade social. Conservadores, reformistas ou revolucionários, aspiravam fazer do conhecimento sociológico um instrumento da ação (FERNANDES, 1984, p. 11)

Diante das mudanças que vinham sendo operadas, os pensadores sociais, cada qual a seu modo e segundo sua visão, procuravam contribuir para a retomada da ordem anterior ou, diante de uma perspectiva de irreversibilidade histórica, consertar o que fosse possível na nova ordem, ou ainda acelerar as transformações rumo a um futuro que, no espírito da filosofia da história, seria certamente redentor da humanidade.

O pensador francês Auguste Comte (1798-1857) fez, pela primeira vez, o uso do termo “sociologia” para designar um campo científico de conhecimento sobre a sociedade. Para ele, a Sociologia teria um lugar privilegiado entre as ciências, assim como se fosse o ponto de chegada da corrida científica. Em sua Lei dos Três Estados, via o desenvolvimento das organizações sociais ao longo de um processo em que as sociedades partem de formas menos elaboradas (denominadas Teológica e Metafísica) para uma estruturação mais complexa, fundamentada na incorporação crescente da razão científica para a solução dos problemas sociais, como sugere sua denominação: Estado Científico ou Positivo. Contemporâneas a ele, e mesmo o antecedendo, formulações teóricas socialistas criticavam as injustiças sociais imperantes, questionando as promessas de progresso existentes, propondo então mudanças profundas na ordem social e política, para alcançar uma vida em sociedade mais equitativa. As propostas de Comte representaram uma reação a tais ideias, sugerindo um desenvolvimento positivo da humanidade impulsionado pelo progresso fundamentado na incorporação da racionalidade científica.

O pensamento sociológico surge profundamente influenciado pelas ciências naturais, diferindo delas pelo seu objeto. Não faltaram, entretanto, inúmeras abordagens sociológicas que propunham metáforas biológicas, físicas, matemáticas e até mesmo geográficas para a interpretação dos fenômenos sociais: a sociedade como um organismo, um mecanismo ou a expressão de variantes climáticas (SOROKIN, 1928). Em certo momento de seu desenvolvimento, à compreensão dos fenômenos sociais sugeriu que se aplicassem os métodos objetivos utilizados pelas ciências físicas e biológicas. O olhar objetivo, isento de prenoções, era uma ferramenta do arsenal sociológico proposto por Émile Durkheim para o estudo do fato social (DURKHEIM, 1978). O distanciamento isento do seu objeto de estudo rendeu não só à Sociologia, mas a todas as ciências humanas e ao campo da Filosofia da Ciência e à História do Conhecimento muita discussão de caráter metodológico e epistemológico. Mesmo as duas outras correntes clássicas do pensamento sociológico portam perspectivas díspares com relação a esse assunto.



Na corrente compreensiva, a postura objetiva do cientista, expressa pelo uso do instrumental metodológico, se constituía na condição essencial para que ele pudesse manter-se em seu caminho de busca da verdade inerente à formação social, podendo ainda assim selecionar seus objetos a partir de seus próprios valores. Enquanto assim procedia a perspectiva weberiana – utilizando-se de seus constructos denominados **tipo ideal** –, para a perspectiva marxista a postura científica não tinha como desvencilhar-se da posição em que se encontra o pensador na estrutura social. Essa seria condição para sua desejável e inevitável influência militante sobre seu objeto de estudo, a sociedade, à qual o próprio pensador pertencia, sendo dessa forma, a um só tempo, observador e observado, sujeito e objeto.

Por fim, como se depreende, a Sociologia não é o resultado do desenvolvimento interno da ciência, o qual teria dado origem à necessidade de um novo campo científico, voltado a um novo objeto, o social, que nasce com a própria sociedade que lhe dá origem. E, como visto, essa sociedade estava a romper profundamente, no mundo ocidental, com as bases da ordem anterior. Um conjunto imenso de fenômenos avoluma e intensifica o cotidiano dos homens e mulheres da modernidade: o processo de racionalização, a urbanização, a industrialização, a criação dos Estados Nacionais, a secularização dos valores, a legitimação do poder proveniente das massas populares emergentes – ou o caráter republicano e democrático das organizações políticas nos Estados Nacionais. Esses fenômenos, por sua vez, aliam-se ao sentimento de que a ordem do mundo não provinha de uma determinação externa, senão da própria existência histórica humana.

Tem-se, assim, o que os filósofos vieram identificar como um grande sentimento de abandono a si mesmo, de que o presente e o futuro serão fruto do fazer-se da própria humanidade. Os homens veem-se livres e sozinhos, senhores de seu destino ou abandonados à sua sorte.

Nesse ambiente, formam-se as três correntes clássicas da Sociologia, que não foram originadas por uma atuação intencional de assim o serem, mas pela produção de uma infinidade de pensadores às voltas, como se viu, com problemas concretos gerados pelo viver em uma sociedade em profunda transformação. Essas ideias acabaram por ser aglutinadas em torno das formulações de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.



Em Karl Marx, a relação que o homem estabelece com a natureza, por meio do trabalho produtivo, fundamenta o viver em sociedade, produzindo nesse processo não só os elementos para satisfazer suas necessidades, mas também as relações sociais próprias a cada forma de produção, as quais conformarão, portanto, a sociedade específica. Nas sociedades ocidentais modernas, ele identifica relações de produção que, marcadas por um estatuto específico em que a propriedade dos meios de produção recaiu nas mãos dos empresários e a força de trabalho coube aos trabalhadores, instituem um antagonismo fundamental entre essas duas grandes forças que compõem a sociedade. Cabendo aos empresários a apropriação da maior parte da riqueza produzida, fenômeno a que chamará exploração, porque a considera indevida, já que nada seria produzido sem a energia e consciência que os trabalhadores emprestam à produção, tal sociedade nasce portando uma profunda contradição de interesses e consciência entre proletários e capitalistas. Esse conflito empresta à sociedade sua natureza dinâmica e só seria resolvido finda a exploração. A infraestrutura produtiva de toda sociedade forma a própria consciência dos indivíduos que, reunidos em classes sociais, conforme sua posição na estrutura social, estariam imersos, pelo caráter antagônico dos interesses, em uma inevitável luta de classes.





Para Émile Durkheim, a existência da sociedade só era possível devido à divisão social do trabalho, a qual proporciona o aumento da força produtiva e das habilidades do trabalhador, bem como da riqueza da sociedade. A diversificação das habilidades sociais propiciada pela divisão social do trabalho se concretiza em especialização crescente, inclusive de segmentos constituintes de uma dada sociedade. Cresce a complexidade das sociedades por esse meio, já que cada um de seus órgãos especializados passa a depender das tarefas sociais efetivadas por outros órgãos. A esse mecanismo de funcionamento e interdependência social Durkheim chamará de solidariedade orgânica, por referência ao funcionamento de organismos biológicos. Tal funcionamento, em seu estado normal, exhibe um conjunto de normas perfeitamente adequado ao conjunto de relações sociais existentes e emanadas da interdependência social. Se o desenvolvimento social chega a produzir novas especializações e, portanto, novas relações sociais, para as quais a sociedade não providenciou ainda normas adequadas, ocorrerá o que ele chama de estado de anomia. Numa situação de menor complexidade, em que a divisão social do trabalho não gerou ainda especializações tão profundas e diversificadas, regem os mecanismos da solidariedade mecânica, em que as consciências de cada indivíduo são como que recobertas por uma consciência comum que funciona de modo a promover a coesão social devido às semelhanças entre eles e ao senso de pertencimento a um mesmo conjunto de regras. As duas formas de solidariedade estão presentes, em maior ou menor grau, em sociedades distintas, havendo maior coesão social devido à interdependência ou ao senso de pertencimento geral, conforme maior ou menor for a especialização propiciada pela divisão social do trabalho, segundo maior ou menor presença de solidariedades de tipo orgânico ou mecânico.

A possibilidade de mudança social está assim configurada e a agilidade das sociedades em gerarem consciências adequadas às relações determinará o seu grau de normalidade. Na verdade, em Émile Durkheim, as sociedades são mais dinâmicas que estáticas e de forma positiva buscam sempre o seu estado de equilíbrio.



Max Weber vê as sociedades ocidentais da modernidade como o resultado de um processo profundo de racionalização. O caminhar da humanidade rumo a sua secularização foi produzindo a ocupação de espaços, antes afeitos a sentidos mágicos e divinos, pela interpretação racional dos acontecimentos e disseminação de procedimentos eficientes. As condutas humanas passam a ser orientadas para o alcance de objetivos humano-interessados, ou seja, voltados ao atendimento de necessidades objetivas objetivamente buscadas. É sob a perspectiva da racionalização que Weber interpreta esse fenômeno ocidental denominado burocracia: conjunto de ações orientadas pelo atendimento de objetivos comuns por meio de procedimentos impessoais e cooperativos em que cada indivíduo exerce uma função especializada.

Com um olhar sociológico profundamente cioso do respeito às especificidades, de forma que cada sociedade precisa ser medida com a régua de seus valores próprios, Max Weber, conforme Raymond Aron (1982), entende que “a burocracia não é uma singularidade das sociedades ocidentais. O novo Império egípcio, o Império chinês, a Igreja católica romana, os Estados europeus, todos tiveram burocracias, como as têm as empresas



capitalistas modernas de grandes dimensões” (ARON, 1982, p. 494). Considera também que nas sociedades modernas, segundo a perspectiva weberiana, a racionalização burocrática estará sempre presente, “qualquer que seja o estatuto da propriedade dos meios de produção”, o que o distinguiria de Karl Marx, já que a “necessidade da organização racional, para obter a produção com o melhor custo, subsistiria depois da revolução que tivesse dado ao Estado a propriedade dos meios de produção” (ARON, 1982, p. 495). Seguindo na trilha da busca das singularidades, Weber, a propósito da relação entre o protestantismo e o capitalismo, considera que “uma certa interpretação” daquele “criou algumas das motivações que favoreceram a formação” deste (ARON, 1982, p. 496-500), e que, “embora existam fenômenos capitalistas em civilizações exteriores ao Ocidente, as características específicas do capitalismo ocidental (a combinação da busca do lucro com a disciplina racional do trabalho) só apareceram uma única vez no curso da história.”



Agora que terminamos a leitura do Tema 1, vamos acessar a Aulaweb para revisar e aprofundar nossos conhecimentos por meio de vídeos, exercícios e autotestes, entre outros.

## Referências bibliográficas

- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes; Brasília: EdUnB, 1982.
- BAUMAN, Z. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- COHN, G. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.) *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 1993. p. 63-75.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. (Seleção de textos: GIANNOTTI, A.) São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)
- FERNANDES, F. A herança intelectual da sociologia. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1984.
- GIDDENS, A. George Simmel. In: RAISON, T. (Org.) *Os precursores das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 149-157.
- SOROKIN, P. *Contemporary sociological theories*. New York: Harper Brothers, 1928.

## Ampliando os conhecimentos

- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- Balada de Narayama* (Narayama-bushi kô). Japão, 1983. Direção: Shôhei Imamura. 130 min.